



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Talheira-Lisboa. Telefone 5339 O.
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

Fatais consequências

Nas linhas dos caminhos de ferro portugueses por várias vezes se tem verificado o desaparecimento ou a violação de mercadorias, especialmente de produtos alimentares. As causas destes factos, colhidos de toda a gente, são as seguintes: São os ordenados miseráveis, são as afilivas condições em que a vida dos ferroviários decorre. Empurrado pela necessidade, não ganhando o suficiente para viver, um ou outro empregado, quem sabe depois de quantas hesitações, quem sabe com que repugnância, achando à mão qualquer coisa susceptível de seu lar, arrisca-se dela, arriscando o pão do futuro em troca do pão para o presente, porque a fome é implacável e porque a prudência esvai-se na alma do homem que vê os filhos contorcendo-se à mingua de alimento.

Um tal estado de cousas não agrada porém nunca aos ferroviários. Eles preferiram sempre manter-se regularmente do seu salário, um salário que lhes permitisse viver, que lhes permitisse prover às mais instantes necessidades do seu lar, sem precisão de recorrer a expedientes que nenhum deles adoptou voluntariamente. Por isso apresentaram recentemente as suas reclamações para aumento de salário. O governo sabia bem quanto justiça secundava aquelas reclamações, sabia que a exigência dos salários concedidos aos ferroviários não podia continuar sem graves prejuízos para o serviço. O governo sabia tudo isso; mas, a escutar a voz da razão, a atender a justiça, preferiu entretê-los numa remanência testardinha, negando ferozmente o que lhe foi reclamado numa maneira modesta e razoável. As companhias particulares, cujo pessoal também reclamava, adoptaram idêntica atitude. Os ferroviários lutaram quanto puderam. Alquebrada, porém, a sua resistência ao cabo de semanas e meses de luta, e os que regressaram ao trabalho, não já nas condições antigas mas noutras piores, pois que o custo da vida aumentou ainda enquanto o movimento decorria, e o longo período da luta exgotou, até à última partícula, os recursos dos ferroviários.

O comerciante, o conservador, o novo-rico, o assambrador es-

preitavam de longe as mínimas peripécias da luta, fazendo instantes votos para que fosse o momento derradeiro adverso aos ferroviários. Quiz o destino que as cousas se passassem ao gosto de toda essa gentinha. O comerciante, o assambrador e o reacçãoário imparam de satisfação no dia em que os grevistas se apresentaram para retomar o trabalho. O facto está consumado. Mas ocorre agora perguntar ao governo, às companhias particulares, a toda essa gentinha que manteve perante a greve uma atitude hostil, mas cujas mercadorias transitaram pela via férrea, ocorre hoje perguntar-lhes a ideia que fazem do que irá suceder em todas as redes ferroviárias, por esse país fora.

Se já antes da greve o serviço era imperfeito, deficiente, se as mercadorias em trânsito nem sempre mereciam aos que com elas lidavam o devido respeito — consequências fatais do descontentamento geral em toda uma classe, que trabalhava forçosamente de má vontade, visto que o produto desse trabalho lhe não dava para comer — o que não irá suceder agora, entregue o serviço a uma classe exausta e faminta, revoltada e sedenta de desforra? Esqueceram este pormenor os assambradores que tanto se regosijaram pela maneira como o movimento dos ferroviários terminou?

Sejam porém quais os factos que se produzam nos caminhos de ferro, particularmente nas linhas do estado, atinjam o grau que atinjam as irregularidades no serviço, não ficou o governo com autoridade moral para as condenar, pois foi ele o exclusivo promotor deste estado de cousas, pela sua atitude violenta e destrambelhada. Pretende o governo que os ferroviários trabalhem gostosamente, fazendo desaparecer o caos em que, com dois meses de administração militar, ficou o ferroviário? Pois pague nesse caso ao pessoal o suficiente para que ela possa manter-se.

Antes de fazer-se isto, é absurda qualquer exigência ou qualquer esperança de que os serviços fiquem normalizados e satisfatórios. Nós, embora saibamos que a anormalidade e as deficiências a todos prejudicam, podemos distinguir a causa do efeito, e o criminoso do inocente.

NOTAS & COMENTÁRIOS

Os afilhados

Na conferência que ontem realizou, o sr. Cunha Leal citou a importância das contribuições pagas por algumas casas de Lisboa. Por exemplo, a Casa Grande da pagava 11 contos; Armazéns do Chiado, 4 contos; Hornning & C. 198 contos; Levy & Comp. 2 contos; Lima, 100 escudos; Ramiro Lito, 2 contos; Borges & Irmao, 595 escudos; Hinton, 397 escudos; Rugeroni & Rugeroni, 3 contos, etc., etc. Em compensação, os teatros pagam em média 15 contos. E enquanto o Restaurant Tavares, que é do seu género, um dos estabelecimentos mais opulentos e rendosos de Lisboa, paga cem escudos, nós, que somos um jornal modesto e pobre, sem lucros nem luxos, pagamos trezentos e cinquenta — quasi o mesmo que a casa Hinton. Isto é porque vivemos num regime de igualdade e fraternidade — para não dizer num regime de infâmia e concussão, que é como ficaria certo.

A França piteira

O consumo do álcool tem aumentado em França nos últimos tempos duma maneira pavorosa. O consumo do álcool a 100º era, por habitante, em 1901:

Na Alemanha.....	8,90 litros
Nos Estados Unidos.....	9,66 "
Na Inglaterra.....	11,75 "
Em França.....	4,81 "

mas ficou desta maneira, em 1910:

Na Alemanha.....	7,47 litros
Nos Estados Unidos.....	6,89 "
Na Inglaterra.....	9,67 "
Em França.....	22,93 "

Isto é: enquanto o consumo diminuiu nos outros países, em França aumentou numa proporção elevadíssima. Por outro modo se pode ainda averiguar a predominância da França no respeitante ao consumo alcoólico. E' pela proporção das tabernas. Uma estatística de 1911 dá os seguintes números:

Francia.....	uma para 82 habit.
Alemanha.....	" 246 "
Estados Unidos.....	" 360 "
Inglaterra.....	" 430 "
Noruega.....	" 3.000 "
Suécia.....	" 5.000 "

O nosso telefone deixou novamente de funcionar. Uma maravilha de aparelho. Mas porque não funciona o endiabrado telefone? E' porque o tempo andou chuvoso há dias — explica-nos um amigo entendido na matéria. Quando chove, é sabido que a carangueja deixa de funcionar. De maneira que temos um telefone só por verão. Aqui há semanas, por um caprichoso contacto de fios, estivemos um dia irremediavelmente ligados — com a esquadra do Bairro Alto. Em vão procuramos comunicação para outra parte. Quem fala? perguntávamos nós. — Daqui é o chefe, respondiam-nos. — Qual chefe? — O da esquadra das Mercês, pois qual havia de ser? Outras vezes tocavam de lá. Acorriamos pressurosos ao aparelho. E eles: — O preço já cá chegou; fica cá ou vai para o governo civil... Não estamos ainda doidos com a diabólica manequeta. Mas palavra que somos nós os primeiros a admirar-nos disso...

Pensamento

...Sim, toda a sociedade humana precisa de leis; mas os homens que não são deuses, nem ignorantes, nem desesperados, os homens livres, não pedem essas leis senão à própria consciência, que decide soberanamente. — *Eliseu Réclus.*

O relatório da C. G. T.

A Batalha publica hoje nas suas terceira e quarta páginas o relatório da C. G. T. sobre a greve ferroviária, muito paginado de modo que o leitor cortando essa parte do jornal e dobrando-a, pode fazer assim um pequeno folheto.

Reclamando a libertação de Malatesta

A redacção da *Unità Nova* publicou o seguinte apelo dirigido a todos os trabalhadores organizados da Itália:

«Convidamos todos os grupos anarquistas, todas as secções socialistas e comunistas, as câmaras de trabalho e os conselhos de fábrica, que entendam fazer-lo; todas as secções da União Sindicalista Italiana e os Sindicatos de todas as categorias e profissões e qualquer outro partido, federação ou corporação de classe que não tenham renunciado à defesa das liberdades públicas, a telegrafarem imediatamente ao ministro do Interior, reclamando a libertação de Malatesta e dos outros camaradas para demonstrar ao dito ministro que é falso que o proletariado italiano tenha aceite em silêncio o seu acto de imposição... burguesa.

N. B. — Os telegramas devem ser enviados imediatamente para estabelecer uma necessária demonstração simultânea. E pedimos aqueles que os expedirem que nos enviem logo uma cópia, assim como remetê-la aos jornais operários locais e nacionais, a fim de que o acto seja conhecido até do *Manchester Guardian*...

Não indicamos o texto dos telegramas, pois que cada um deles deve representar o pensamento do organismo que o transmite. Não aconselhamos palavras de firmeza e de decisão. Esta manifestação telegráfica por nós sugerida assinalará o início duma constante e viva agitação nacional, que só cessará quando alcançada a vitória...

As opiniões financeiras do dr. sr. Pinto Gouveia

Pertencemos ao número dos que a curiosidade levou até à Sociedade de Geografia a ouvir a conferência que o sr. Cunha Leal ia realizar sobre as suas propostas financeiras. Esperávamos já que o ministro das finanças se limitaria a resumir a argumentação que anteriormente havia produzido em defesa da sua obra e que a sua conferência não seria mais do que o pretexto, o pretexto para provocar os seus adversários a virem discutir com ele as suas medidas. Mas era precisamente isto, a facilidade da contraditória, que despertava o maior interesse do público que encheu o salão, pressuroso por ouvir os contraditórios do ministro e a resposta que este lhes desse.

Ora, sob este aspecto, a conferência do sr. Cunha Leal foi uma delusão para muita gente. Não pelo facto de o ministro das finanças não ter respondido ao contraditório que lhe apareceu, o sr. dr. Pinto Gouveia, mas pelo facto de o próprio contraditório ter tido tanta banalidade e produzido um tam trouxa ataque que nem a assembleia sentiu a necessidade de que o contraditório replicasse.

Havia realmente alguma coisa a dizer ao sr. Cunha Leal, mas era precisamente isso o que não convinha ao seu contraditório dizê-lo, de tal forma ele encarnou o espírito egoísta das classes burguesas que ali foi defender, classes a cuja incúria se deve o descalabro económico em que se encontra o país pelo mal que souberam aproveitar o seu predomínio patrimonial nas indústrias e na agricultura. Poderia, em resposta à parte relativa à compressão de despesas, ter-se lembrado ao ministro que o próprio Estado, como mantenedor do predomínio das classes exploradoras, sofre a asfixia resultante da sua própria condição: e em Portugal a verba gasta com o exército, mesmo a verba gasta com a guarda republicana, a suprimir-se no orçamento do Estado, seria alguma coisa apreciável. Poderia fazer-se-lhe também o cálculo de quanto valeria para o desenvolvimento económico do país, e por consequência para a sua recuperação na situação financeira, o aproveitamento útil de toda essa gente que o Estado tem amputado à vida económica do país.

Mas quem o havia de dizer ao ministro? O sr. Pinto Gouveia? O homem que ali foi defender os grandes proprietários e reclamar que o fisco recalcasse sobre os pequenos, insurgindo-se contra uma protecção dos mais pobres de que quasi acousou o ministro das finanças?

Pois não são as classes favorecidas as mais interessadas na manutenção do exército e da guarda republicana? Não foram as instantes reclamações dos grandes proprietários rurais que conseguiram que esta se espalhasse também já para a província? Tivesse o pensamento do sr. Cunha Leal e tivesse a audácia de dizer, com aquela rudeza com que disse outras verdades e ver-as como essas mesmas classes que reclamam que o Estado seja poupado viriam reclamar contra o corte dessa verba inútil, que nenhuma vantagem económica socialmente representa e que só ajuda a perpetuar o princípio conservador da propriedade, que é hoje o maior embaraço para o próprio progresso económico das sociedades.

Assim o dr. sr. Pinto Gouveia limitou-se a fazer uma lição de urso, a enfiar o sr. Cunha Leal e a assembleia com a exposição pretenciosa de velhas doutrinas, afirmando sem demonstração que as propostas financeiras não realizariam o objectivo que tinha em vista, sem contudo apresentar nada concreto que as substituísse e deturpando, não sabemos se propositalmente se por deficiência de compreensão, as palavras do conferente. Foi assim que lhe atribuiu o propósito de equilibrar o orçamento, e até o de recorrer apenas ao imposto para obter os 300.000 contos do desequilíbrio actual. E vá de gratar aqui del-rei contra o bolexismo do sr. Cunha Leal. E a isto se reduziu toda a apreciação do sistema e das bases

Nesta altura a contraditória tornara-se quasi em disputa, e o sr. Cunha Leal pôs-lhe termo abruptamente. E não houve nenhuma alma caridosa que dissesse aos assistentes, principalmente aos que dispõem de meios de exploração, ou fábricas ou lojas de venda, que não assustassem, que eles não pagariam nada, porque afinal não são pequenos que não de pagar tudo, visto que sobre a multidão explorada é que eles têm de fazer recair, por repercussão, os impostos que lhes lançarem.

Os mártires da inquisição norte-americana

Foi confirmada novamente a bárbara e feroz sentença dada em 1918 pelo tribunal de Chicago contra os sindicalistas da I. W. W.

Vinte dos acusados foram condenados a 20 anos de penitenciaría, e trinta e cinco a 10 anos. Entre os primeiros encontram-se William B. Haywood, o secretário geral da I. W. W., verdadeira figura de Apóstolo e de mártir da causa proletária, Rodolfo Chaplin, director do jornal *Solidarity*, e Andreytchine, jovem de origem búlgara, um dos mais activos militantes das fileiras libertárias.

Eugénio Debs continua cumprindo a sua pena de 10 anos de penitenciaría por ter protestado contra a reacção militarista, que invadiu o país por ocasião do conflito europeu, e Tom Mooney e Billings ainda não foram postos em liberdade, apesar de já estar completamente descoberto o plano diabólico que a Câmara do Comércio de S. Francisco lhes armou, a propósito da bomba da Market Street.

O italiano Berardi, um dos 46 condenados a 10 anos de prisão pelo tribunal federal de Sacramento da Califórnia, tem suportado verdadeiros mártires na penitenciaría de Leavenworth, por ter caído lá no desagrado dos que o guardam.

Tem passado semanas e semanas com

DEBATE DE OPINIÕES

O comunismo e as suas possibilidades de realização

O comunismo — não confundir com anarquismo, que é um sistema político — é um sistema económico que estabelece a seguinte fórmula quanto a direitos e deveres dos sociários: — *De cada um segundo as suas forças; a cada um segundo as suas necessidades.*

Não joguemos com sofismas e interpretações de má-fé, ponderemos a querer medir as forças e as necessidades de cada um. Não seria uma crítica honesta. Mas — e aqui é que está o obstáculo insuperável à realização imediata e in loco do princípio formulado — não queremos arranjar outro nome para significar a cota que o produtor recebe para as suas despesas de manutenção. Mas falámos também em máximos. Esta questão é muito importante e é ela que me força a julgar impossível, desde já, um mais amplo sistema comunista. E' indispensável que não desapareça o estímulo para o trabalho, premiando-se o mérito individual.

Há quem se mostre muito agastado perante a perspectiva de ainda subsistir a moeda como padrão do troca do valor das mercadorias. Simplificando os organismos do comércio — criação das cooperativas — e estudando um regime de crédito apropriado, é pelo menos possível restringir a proporções mínimas o uso e aplicação da moeda.

Por fim, haverá ainda teimosos convencidos de que é aplicável um comunismo puro imediatamente. Pois a esses o melhor que há a fazer é facilitar a experiência. Não será este o tal *critério objectivo emancipador*, de que nos fala Manuel Joaquim de Sousa?

J. Carlos RATES

Amãhã, não no dia imediato da revolução, não serão só as estradas, as fontes, os hospitais, as escolas, os jardins e parques, as bibliotecas e os museus que estarão ao dispor de todos. Um estudo sério da questão e sua oportunidade tornarão possível o serviço gratuito da viação acelerada, do abastecimento de água e luz aos domicílios. Para que isto se realize estuda-se primeiro a possibilidade de assegurar os recursos financeiros à manutenção dos serviços, o que é provável, e depois regularizar o aproveitamento desses serviços de harmonia com as necessidades e não os caprichos de cada um, o que é mais difícil, mas não é impossível. Não se trata de incógnitas para as quais não há respostas nem soluções possíveis, como diz Manuel Joaquim de Sousa (A Batalha, de 1 de Dezembro de 1920).

Os líricos, os sonhadores, vêm sempre incógnitas em toda a parte, menos na tal *sociedade livre e igualitária*, que eles não sabem explicar como realizam. Outro exemplo da prática comunista — a subvenção dos encargos de família. Actualmente o bom cidadão, o optimo produtor, o exemplar chefe de família, não tem qualquer compensação pelos serviços que presta ao seu país, dando-lhe os filhos que são o seu prolongamento na vida e outros tantos valores ao serviço da nacionalidade. A prosperidade dum país não deriva exclusivamente das suas riquezas naturais, mas também do esforço e capacidade dos seus súbditos. E' pois legítimo que a colectividade atenda, ela que é directamente interessada, aos encargos de família, não dando causa a que um operário que é bom cidadão, produtor e chefe de família, viva em condições de inferioridade em relação a outros que, podendo não ser nem melhores cidadãos nem melhores operários, vivam melhor porque tiveram a habilidade de fugir aos compromissos da constituição da família e que concorram para o aumento dos impostos e dos abortamentos. Um dos primeiros cuidados da nova revolução é organizar em bases sólidas e estáveis a família, pois não há sociedade bem dirigida sem uma boa e sólida organização de família. E para resolver este problema é indispensável que as futuras empresas industriais (os sindicatos) tenham em conta o número de pessoas de família de cada sociário. Creio que esta fórmula resolveria a questão — a cada pessoa adulta invalidada ou encarregada dos serviços caseiros a cargo do chefe de família, 50 % do salário máximo

estabelecido; a cada filho de menor idade, 20 % do mesmo salário máximo.

Esta subvenção seria mais um encargo de produção. Evidentemente, todos estes encargos provenientes da aplicação comunista, teriam de sair duma eliminação das despesas supérfluas e improdutivas, duma enorme restrição dos lucros dos intermediários nas transações e sobretudo dum aumento geral da produção, determinado pelo melhor aproveitamento de todos os valores.

Falámos em salários. E' que não quisemos arranjar outro nome para significar a cota que o produtor recebe para as suas despesas de manutenção. Mas falámos também em máximos. Esta questão é muito importante e é ela que me força a julgar impossível, desde já, um mais amplo sistema comunista. E' indispensável que não desapareça o estímulo para o trabalho, premiando-se o mérito individual.

Há quem se mostre muito agastado perante a perspectiva de ainda subsistir a moeda como padrão do troca do valor das mercadorias. Simplificando os organismos do comércio — criação das cooperativas — e estudando um regime de crédito apropriado, é pelo menos possível restringir a proporções mínimas o uso e aplicação da moeda. Por fim, haverá ainda teimosos convencidos de que é aplicável um comunismo puro imediatamente. Pois a esses o melhor que há a fazer é facilitar a experiência. Não será este o tal *critério objectivo emancipador*, de que nos fala Manuel Joaquim de Sousa?

J. Carlos RATES

Amãhã, não no dia imediato da revolução, não serão só as estradas, as fontes, os hospitais, as escolas, os jardins e parques, as bibliotecas e os museus que estarão ao dispor de todos. Um estudo sério da questão e sua oportunidade tornarão possível o serviço gratuito da viação acelerada, do abastecimento de água e luz aos domicílios. Para que isto se realize estuda-se primeiro a possibilidade de assegurar os recursos financeiros à manutenção dos serviços, o que é provável, e depois regularizar o aproveitamento desses serviços de harmonia com as necessidades e não os caprichos de cada um, o que é mais difícil, mas não é impossível. Não se trata de incógnitas para as quais não há respostas nem soluções possíveis, como diz Manuel Joaquim de Sousa (A Batalha, de 1 de Dezembro de 1920).

Os líricos, os sonhadores, vêm sempre incógnitas em toda a parte, menos na tal *sociedade livre e igualitária*, que eles não sabem explicar como realizam.

estabelecido; a cada filho de menor idade, 20 % do mesmo salário máximo.

Esta subvenção seria mais um encargo de produção. Evidentemente, todos estes encargos provenientes da aplicação comunista, teriam de sair duma eliminação das despesas supérfluas e improdutivas, duma enorme restrição dos lucros dos intermediários nas transações e sobretudo dum aumento geral da produção, determinado pelo melhor aproveitamento de todos os valores.

Falámos em salários. E' que não quisemos arranjar outro nome para significar a cota que o produtor recebe para as suas despesas de manutenção. Mas falámos também em máximos. Esta questão é muito importante e é ela que me força a julgar impossível, desde já, um mais amplo sistema comunista. E' indispensável que não desapareça o estímulo para o trabalho, premiando-se o mérito individual.

Há quem se mostre muito agastado perante a perspectiva de ainda subsistir a moeda como padrão do troca do valor das mercadorias. Simplificando os organismos do comércio — criação das cooperativas — e estudando um regime de crédito apropriado, é pelo menos possível restringir a proporções mínimas o uso e aplicação da moeda.

Por fim, haverá ainda teimosos convencidos de que é aplicável um comunismo puro imediatamente. Pois a esses o melhor que há a fazer é facilitar a experiência. Não será este o tal *critério objectivo emancipador*, de que nos fala Manuel Joaquim de Sousa?

J. Carlos RATES

Amãhã, não no dia imediato da revolução, não serão só as estradas, as fontes, os hospitais, as escolas, os jardins e parques, as bibliotecas e os museus que estarão ao dispor de todos. Um estudo sério da questão e sua oportunidade tornarão possível o serviço gratuito da viação acelerada, do abastecimento de água e luz aos domicílios. Para que isto se realize estuda-se primeiro a possibilidade de assegurar os recursos financeiros à manutenção dos serviços, o que é provável, e depois regularizar o aproveitamento desses serviços de harmonia com as necessidades e não os caprichos de cada um, o que é mais difícil, mas não é impossível. Não se trata de incógnitas para as quais não há respostas nem soluções possíveis, como diz Manuel Joaquim de Sousa (A Batalha, de 1 de Dezembro de 1920).

Os líricos, os sonhadores, vêm sempre incógnitas em toda a parte, menos na tal *sociedade livre e igualitária*, que eles não sabem explicar como realizam. Outro exemplo da prática comunista — a subvenção dos encargos de família. Actualmente o bom cidadão, o optimo produtor, o exemplar chefe de família, não tem qualquer compensação pelos serviços que presta ao seu país, dando-lhe os filhos que são o seu prolongamento na vida e outros tantos valores ao serviço da nacionalidade. A prosperidade dum país não deriva exclusivamente das suas riquezas naturais, mas também do esforço e capacidade dos seus súbditos. E' pois legítimo que a colectividade atenda, ela que é directamente interessada, aos encargos de família, não dando causa a que um operário que é bom cidadão, produtor e chefe de família, viva em condições de inferioridade em relação a outros que, podendo não ser nem melhores cidadãos nem melhores operários, vivam melhor porque tiveram a habilidade de fugir aos compromissos da constituição da família e que concorram para o aumento dos impostos e dos abortamentos. Um dos primeiros cuidados da nova revolução é organizar em bases sólidas e estáveis a família, pois não há sociedade bem dirigida sem uma boa e sólida organização de família. E para resolver este problema é indispensável que as futuras empresas industriais (os sindicatos) tenham em conta o número de pessoas de família de cada sociário. Creio que esta fórmula resolveria a questão — a cada pessoa adulta invalidada ou encarregada dos serviços caseiros a cargo do chefe de família, 50 % do salário máximo

estabelecido; a cada filho de menor idade, 20 % do mesmo salário máximo.

Esta subvenção seria mais um encargo de produção. Evidentemente, todos estes encargos provenientes da aplicação comunista, teriam de sair duma eliminação das despesas supérfluas e improdutivas, duma enorme restrição dos lucros dos intermediários nas transações e sobretudo dum aumento geral da produção, determinado pelo melhor aproveitamento de todos os valores.

Falámos em salários. E' que não quisemos arranjar outro nome para significar a cota que o produtor recebe para as suas despesas de manutenção. Mas falámos também em máximos. Esta questão é muito importante e é ela que me força a julgar impossível, desde já, um mais amplo sistema comunista. E' indispensável que não desapareça o estímulo para o trabalho, premiando-se o mérito individual.

Há quem se mostre muito agastado perante a perspectiva de ainda subsistir a moeda como padrão do troca do valor das mercadorias. Simplificando os organismos do comércio — criação das cooperativas — e estudando um regime de crédito apropriado, é pelo menos possível restringir a proporções mínimas o uso e aplicação da moeda.

Por fim, haverá ainda teimosos convencidos de que é aplicável um comunismo puro imediatamente. Pois a esses o melhor que há a fazer é facilitar a experiência. Não será este o tal *critério objectivo emancipador*, de que nos fala Manuel Joaquim de Sousa?

J. Carlos RATES

Amãhã, não no dia imediato da revolução, não serão só as estradas, as fontes, os hospitais, as escolas, os jardins e parques, as bibliotecas e os museus que estarão ao dispor de todos. Um estudo sério da questão e sua oportunidade tornarão possível o serviço gratuito da viação acelerada, do abastecimento de água e luz aos domicílios. Para que isto se realize estuda-se primeiro a possibilidade de assegurar os recursos financeiros à manutenção dos serviços, o que é provável, e depois regularizar o aproveitamento desses serviços de harmonia com as necessidades e não os caprichos de cada um, o que é mais difícil, mas não é impossível. Não se trata de incógnitas para as quais não há respostas nem soluções possíveis, como diz Manuel Joaquim de Sousa (A Batalha, de 1 de Dezembro de 1920).

Os líricos, os sonhadores, vêm sempre incógnitas em toda a parte, menos na tal *sociedade livre e igualitária*, que eles não sabem explicar como realizam.

Outro exemplo da prática comunista — a subvenção dos encargos de família. Actualmente o bom cidadão, o optimo produtor, o exemplar chefe de família, não tem qualquer compensação pelos serviços que presta ao seu país, dando-lhe os filhos que são o seu prolongamento na vida e outros tantos valores ao serviço da nacionalidade. A prosperidade dum país não deriva exclusivamente das suas riquezas naturais, mas também do esforço e capacidade dos seus súbditos. E' pois legítimo que a colectividade atenda, ela que é directamente interessada, aos encargos de família, não dando causa a que um operário que é bom cidadão, produtor e chefe de família, viva em condições de inferioridade em relação a outros que, podendo não ser nem melhores cidadãos nem melhores operários, vivam melhor porque tiveram a habilidade de fugir aos compromissos da constituição da família e que concorram para o aumento dos impostos e dos abortamentos. Um dos primeiros cuidados da nova revolução é organizar em bases sólidas e estáveis a família, pois não há sociedade bem dirigida sem uma boa e sólida organização de família. E para resolver este problema é indispensável que as futuras empresas industriais (os sindicatos) tenham em conta o número de pessoas de família de cada sociário. Creio que esta fórmula resolveria a questão — a cada pessoa adulta invalidada ou encarregada dos serviços caseiros a cargo do chefe de família, 50 % do salário máximo

estabelecido; a cada filho de menor idade, 20 % do mesmo salário máximo.

Esta subvenção seria mais um encargo de produção. Evidentemente, todos estes encargos provenientes da aplicação comunista, teriam de sair duma eliminação das despesas supérfluas e improdutivas, duma enorme restrição dos lucros dos intermediários nas transações e sobretudo dum aumento geral da produção, determinado pelo melhor aproveitamento de todos os valores.

Falámos em salários. E' que não quisemos arranjar outro nome para significar a cota que o produtor recebe para as suas despesas de manutenção. Mas falámos também em máximos. Esta questão é muito importante e é ela que me força a julgar impossível, desde já, um mais amplo sistema comunista. E' indispensável que não desapareça o estímulo para o trabalho, premiando-se o mérito individual.

As propostas de finanças e o proletariado

O conselheiro confederal da C. G. T., na sua reunião de terça-feira, apreciou as medidas financeiras recentemente propostas pelo ministro das finanças ao parlamento.

Folgamos que o corpo dirigente e orientador da massa trabalhadora tomasse a resolução de estudar essas propostas e com ansiedade aguardamos o resultado do seu estudo.

De facto, a matéria contida nessas propostas de finanças não é indiferente a todos nós, trabalhadores, como indiferentes não nos podem ser nunca as leis e os projectos dos governantes que, visando sempre a robustecer os interesses da burguesia, raríssima vez sucede que não venham afectar os interesses dos que trabalham, dando o antagonismo existente entre os interesses de uns e outros.

Assim, por exemplo, sucede com as propostas do sr. Cunha Leal. Elas visam a aumentar as receitas do Estado por meio da cobrança de novos impostos ou do agravamento dos actuais, sobre as diversas categorias de rendimento, inclusive das provenientes da posse de bens mobiliários, e ainda sobre os lucros das profissões comerciais e industriais. Todos sabemos que estes impostos serão por nós exclusivamente pagos.

Com efeito, os impostos que directamente são cobrados pelo Estado às classes capitalistas, somos nós os únicos que os pagamos, pois somos nós que a classe patronal ou capitalista damos o dinheiro para pagar esses impostos; e todo o agravamento dessas contribuições seremos nós ainda os únicos que havemos de pagar, seja como produtores, por uma maior exploração do nosso trabalho, seja como consumidores, pelo pagamento da sobretaxa equivalente a esse agravamento, no custo dos géneros.

Esta verdade incontroversa, junta ainda a de que o aumento de receitas actuais, indo fortalecer o Estado, implica uma maior pressão para nós, governados—não é, no entanto, razão para entendermos que não merece a pena preocuparmos-nos com as propostas de lei agora em foco.

Profundo erro, esse! Não obstante, é forçoso constatar que esse critério falso acha-se muito generalizado e adoptado pelos militantes ou orientadores operários, com bastante prejuízo para nós, proletários, que a organização nos acolhem para nela encontrarmos defesa aos nossos interesses.

Profundo erro, repetido, é esse de julgarmos que esses projectos de lei—como tantos outros que com o consentimento tácito do proletariado têm sido convertidos em leis—nos não afectam, não merecendo a pena intervir na sua discussão ou apreciação—profundo erro porque as propostas do sr. Cunha Leal, além do mal fundamental e intrínseco que já salientamos, encerram disposições que particularmente afectam os que vivem exclusivamente do salário que recebem pelo seu esforço físico ou intelectual.

Por uma das disposições dessas propostas é tributado até o salário, ordenado ou vencimento do profissional da indústria ou do comércio, como se o salário do trabalhador, manual ou intelectual, pudesse ser considerado lucro, ganho ou rendimento—ele que não chega para suprir sequer as nossas mais estritas necessidades!

Isto é, além de sermos nós que fornecemos ao patronato o dinheiro para ele pagar os seus impostos ao Estado, nós teremos de tirar ainda dos nossos salários mais o que o Estado quer que directamente lhe paguemos!

Estamos, como se vê, em face de mais um agravamento para a vida dos trabalhadores.

Ferrovários do Sul e Sueste

NOTA OFICIOSA

Prossegue a Direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste no indeferimento de requerimentos, tomando em consideração apenas as informações dos chefes de serviço, que aproveitaram a oportunidade para mais uma vez exteriorizarem o seu acedido amor e respeito pelo pessoal de que se proclamam representantes.

Esquecem-se de que a situação será inevitavelmente modificada e daí o terem de novamente receber os indesejáveis, com aquela amabilidade de que sempre tem tido provas, nos momentos em que a coisa não corre bem.

Cansar-se-hão e com eles o Conselho de Administração, que está satisfazendo os seus odios, contra um determinado número de ferroviários, que lhes não permitem continuar nos Caminhos de Ferro, por terem tido a ousadia de estigmatizarem as suas faltas e as suas violências e arbitrariedades. Também se estão efectuando reformas de alguns empregados, sem que os delegados do pessoal assistam às sessões da delegação da Caixa de Reformas e Pensões e da Comissão Administrativa respectiva, o que, além de arbitrário e violento, é ilegal.

Anunciam-se transferências e outros castigos, aplicados a alguns empregados, cujo comportamento é exemplar, mas a quem os chefes de serviço não perdoam o terem, no uso dum direito legítimo, sido grevistas.

Podem sair os seus odios sobre o pessoal, por agora, mas aguardem a recompensa, que a lei lhes reserva, no indigne procedimento que estão adoptando, revelador da maior das cobardias.

É capaz o sr. ministro do comércio de ignorar estes factos e ir novamente para o parlamento afirmar que não haverá represálias.

Seria interessante. Os serviços continuam na mesma.

Apenas se esforçam em conhecer os sabedores. Não se cansem muito. Sabedores foi a classe inteira, foram todos os ferroviários e não apenas alguns.

Os gárgulos, os destruidores das mercadorias e do material ferroviário, quais seriam?

Seria muito corrente que o sr. ministro do comércio mandasse averiguar pelos ferroviários a identidade daqueles cavalheiros e os seus crimes, enquanto os oficiais averiguam os crimes dos ferroviários.

«E não é justo, não é lógico, não é inteligente, não é humano que nos preocupamos contra essa ameaça de extorsão à nossa bolsa?»

É certo que as propostas de finanças não de ser aprovadas e nós, como únicos produtores de riqueza, e consequentemente únicos pagantes, seremos as únicas vítimas, quaisquer que sejam as modificações que venham a sofrer. Mas não é justo, não é humano que façamos o possível para nos eximirmos a mais esse iminente agravamento às nossas já enormes dificuldades económicas?

E para que consigamos do mal o menor, basta imitarmos as classes conservadoras, as forças vivas. Essas, movimentando-se, reunindo nas suas associações, combatendo as propostas na sua imprensa, conseguiram já que o ministro eliminasse a taxa sobre os juros dos depósitos em bancos nacionais, e não de vir a conseguir pagar apenas o que muito bem entenderem.

Discutamos, pois, também nós as propostas, façamos o nosso movimento de opinião, exercemos a pressão exterior que force o ministro ou o parlamento a modificar também a parte das propostas que nos fere, que nos lesa, que nos agrava.

Aos militantes operários, ao organismo central da organização, aos jornalistas operários e que cumpre iniciar o estudo, a discussão e o protesto. Se do movimento de opinião resultante não surgir o êxito que desejamos—não pagar o imposto directo que ora se pretende criar ao trabalhador—a razão do insucesso devemos encontrá-la na fraqueza desse movimento, e não servirá nunca de razão aos que entendem que a organização operária não se deve preocupar com a vida real do presente.

A razão de existência da organização sindical é defender os operários da exploração e exploração burguesas. Vítimas da organização capitalista, compreendemos um dia a necessidade de nos unirmos todos para evitar que fôssemos mais explorados ainda. E da compreensão dessa necessidade e desse objectivo imediato, surgiu o sindicalismo. Se a organização sindical não satisfaz os fins que nos levaram a unir, se ela não evita que sejamos cada vez mais explorados, e não consegue aliviar-nos da ganância e da exploração tornando a vida que vivemos—não a que sonhamos—mais fácil, menos penosa, porventura pode surpreender-nos que entre os sindicalistas lave o desalento e o seu desinteresse pela organização sindical se alastre?

Convençam-se os que à testa da organização operária se colocaram que é indispensável intervir constantemente, na vida real, na vida presente da sociedade em que temos os pés e o estômago—e não os nossos olhos e a nossa imaginação. É indispensável que a organização sindical intervenha sempre com a sua crítica e com o seu protesto em todos os actos e propósitos dos governantes, lembrando-se sempre de que um berro, um grito, uma atitude a tempo, pode—quantas vezes!—modificar uma intenção do patronato ou um propósito do governo.

Oxalá que a resolução tomada pelo Conselho Confederal, de apreciar as propostas de finanças, inaugure uma nova etapa na vida da nossa organização sindical—vida mais real e mais prática e de resultados mais imediatos, mais—note-se bem!—sem nunca perder de vista o futuro, que, sem lançar no descaio o presente, à Confederação Geral do Trabalho compete ir preparando.

Pinto QUARTIM
(Sindicado da A. C. T. L.)

Tal não se fará, sabemos, mas isso não importa porque algum o há de fazer.

São já do domínio público as intenções do ditador dos Caminhos de Ferro, que agora quer armar em amigo das suas vítimas, procurando arrastar a opinião dalguns inconscientes a seu favor.

O grosso da classe saberá, porém, manter bem alto o seu prestígio, e valorizar o seu gesto, que não foi inspirado pelos meneurs, mas sim produzido espontaneamente.

Estão a ser organizados pela Comissão Pró-Ferrovários Presos e Demitidos os cadernos de inscrição das vítimas da reacção ferroviária militarista, a quem vão ser prestados socorros, dentro dos recursos que a mesma comissão possui.—A Comissão Executiva da Associação de Classe.

Um manifesto

A Comissão Executiva da Associação de Classe dos Ferrovários do Sul e Sueste está fazendo distribuir um manifesto do qual extractamos os seguintes períodos:

«O último movimento grevista, que alguns classificam duma derrota, foi a afirmação mais eloquente que até hoje os ferroviários fizeram, pela qual provaram o valor da sua acção e a importância da acção militar perante uma consciente organização operária.

Até hoje nunca a classe operária tinha conseguido romper as barreiras opressoras que as baionetas lhes opõem às suas legítimas aspirações.

Supozemos os dirigentes que era possível abater os protestos dos ferroviários apertando-os num círculo de ferro, formado pelos soldados.

Enganaram-se.

Os ferroviários, desprezando as violências do Poder, declararam uma greve, como desforra, pela sua dignidade e pela sua honra profissional ofendidas.

Causou assombro esse gesto, que provocou nos dirigentes do país o desejo de efectivar o esmagamento de tam audaciosos trabalhadores, mesmo que para isso tivessem de sujeitar o país aos rigores da fome e da miséria.

Imediatamente se produziu, pois, a exteriorização das medidas militares, mais reacções e impoliticas que em Portugal tinham sido postas em prática.

Os resultados de tais medidas quebraram-se sempre contra a unidade de acção dos ferroviários, que energicamente souberam, durante setenta dias, resistir a todos os embates, anulando as tentativas militares, até ao momento em que os despotas, supondo-os ven-

De terras de África

Um despotismo odioso—Mais deportações

LOURENÇO MARQUES, 8 de Novembro

Coincidindo com a primeira manifestação de vitalidade do movimento operário e socialista local após a greve do Pessoal do Pórtio e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, retomo a pena para dizer à Batalha o que vai cá por estas sertanejas regiões, onde impera o despotismo mais odioso, pois inquinações se tem praticado e estão praticando em todo o mundo, mas nenhum é a pádua sombra daquelas que aqui se cometem deportando homens inocentes de qualquer delito. Porque, posso assegurar-lhe, se entre os ferroviários deportados há quem cometesse o crime de pertencer ao comité dirigente da greve, há entre esses deportados quem nem grevista só chegou a ser, pois foram presos antes da greve declarada! E a monstruosidade máxima. E a tirania mais revoltante entre todas as tiranias, isto não é fazer frases.

Sei, com segurança, de fonte fidedigna, que há operários inocentes de todo e qualquer delito entre os deportados, que são, no todo, os seguintes: António Fortunato Régio, do serviço dos C. F. L. M., aposentado; Manuel Alves Cardiga, empregado comercial e ex-ferroviário; Aires dos Santos, telegrafista acústico; João Maria Borges, pintor de 1.ª; Hilário Rodrigues Coelho, carpinteiro de moldes, Amâncio Sobral, maquinista de 2.ª; Carlos Antunes, factor de 3.ª; Regueira de Carvalho, ferreiro; Alfredo José da Cruz, caldeireiro de ferro; Joaquim Lemos Bragança, guarda-fios; Joaquim de Campos, caldeireiro de ferro; Alfredo Lopes Cristino, condutor de trens, interior; Francisco Praça Magalhães, electricista; António Carvalho Souto, pedreiro; Miguel Januário de Lima, espaxiz de Via; Lourenço Monteiro, foleiro; José Rodrigues Loureiro, maquinista de 1.ª; José de Abreu, condutor de 2.ª; António Augusto Teixeira, maquinista de 2.ª; João Faustino Ribeiro, maquinista de 2.ª; António Ferreira Mouco, condutor de trens; Alvaro Abrantes Pereira, maquinista; Vicente da Costa, caldeireiro; António Fernandes, factor telegrafista, Manuel Brás Teixeira, guarda-fios.

Os dois primeiros, por não serem ferroviários ao serviço, foi-lhes transferida a deportação em desterro, sendo-lhes dada a liberdade, mas proibidos de regressar a Lourenço Marques, pelo que o primeiro está na vila de Mossuril e o segundo na cidade da Beira.

Dos restantes, 18 estão ao serviço, nos Caminhos de Ferro do Lumbo, próximo à ilha de Moçambique, sob a vigilância da polícia, e 5 estão encarcerados na fortaleza de S. Sebastião, na mesma ilha, sendo estes Joaquim de Campos, Lourenço Monteiro, Alfredo Cristino, António Souto e Regueira de Carvalho.

Certamente acudirá ao espírito do leitor a pergunta: «E os ferroviários, o que fizeram nesta situação?» Nada, positivamente nada. Tendo-se entregado sem condições, com despojo duma dúzia de comerciantes, na própria tarde do dia em que, com o seu conhecimento, saíra da barra o vapor Sado levando os deportados, nada mais fizeram sob o pretexto de que estavam mobilizados, pelo que o governo prendeu mais alguns, deportando-os para Quelimane não sabendo eu ainda ao certo quem eles são.

Em 16 de Outubro levantou-se totalmente o estado de sítio, ficando, po-

dos, são surpreendidos pela terminação da luta, no campo em que estava colocada, sem um vislumbre de enfraquecimento, sem um gesto de desalento.

Tal atitude aterroriza os que cobardemente deixaram de cumprir o seu dever, perante a altivez dos combatentes, se reconhecerem indignos de usarem o nome de ferroviários.

Enfim, quando os governantes supunham desmoralizada a classe ferroviária, ela surge-lhes mais energética, mais altiva, mais fortalecida do que antes da greve. Como complemento a essa atitude, a organização sindical dos ferroviários mantém-se, garantindo aos perseguidos, aos presos e aos demitidos, uma assistência regular, que os furte ao desespero da miséria e a suas famílias.

Desprezo completo, absoluto, às perseguições odiosas do militarismo, e a resposta final dos ferroviários que, com o sorriso nos lábios, recebem tais perseguições.

Como antes do movimento, os ferroviários exigem o respeito pelos seus direitos, mantendo-se estreitamente unidos, para suportarem o embate das violências do Poder, que inevitavelmente os terá que atender.

Tende, porém, confiança na vossa força, não faltando com o vosso auxílio aqueles que, serão através de tudo, os vossos defensores.

Supporte a situação com altivez, e acedida, que dentro em breve, ela será modificada.

Até que o jornal O Sul e Sueste possa fazer o seu reaparecimento, publicará a Associação de Classe com os ferroviários, por meio de manifestos.

Dentro em breve, esperamos, porém, podê-lo fazer sair novamente.

Todos os encargos dívidos e resultantes do último movimento, são da responsabilidade desta Associação, quando sancionadas pelos membros do Comité Central que dirigiu o movimento.

Também o comité que assumiu a direcção do movimento grevista editou um manifesto, no qual dá por finda a sua missão, ficando, portanto, as respectivas associações de classe mantendo a organização e preparando a defesa até ao conseguimento das aspirações dos ferroviários, assim como organizando o auxílio a prestar aos demitidos e presos, declarando o mesmo comité, perante toda a classe ferroviária do Estado, assumir inteiras e completas todas as responsabilidades da direcção do movimento, de que prestará conta em todos os campos, logo que lhe seja possível, apresentando para isso um relatório circunstanciado.

A U. S. O. de Olhão e os filhos dos ferroviários

Do nosso solicito correspondente de Olhão recebemos, com bastantes dias de atraso, conforme se infere da respectiva data a seguinte nota:

OLHÃO, 10.—C.—Deve reunir hoje

rém, mobilizados os ferroviários, o que tem impedido, uma debandada que se dará logo que a desmobilização se fizer. Nas oficinas trabalha-se de mão-vontade e produz-se pouco.

Uma eleição pitoresca—Três dias para propaganda eleitoral sob ameaças de deportação

Em 16 de Setembro levantou-se parcialmente o estado de sítio para se fazer em 19 a eleição suplementar dum deputado e do Centro Socialista tendo os três dias para propaganda—três dias!—e não podendo realizar comícios, pois os oradores que falassem contra o governo seriam deportados isto nem em Marrocos!—apresentou a candidatura do deportado Fortunato Régio defendendo-o só com um manifesto. Era caso para o operariado, que aqui, na maioria, não é anti-parlamentarista por convicções, esmagar os candidatos governamentais, bastando que os ferroviários votassem nele para o fazer triunfar, o que serviria de protesto contra as deportações. Pois não, senhor! Até essa platónica afirmação de protesto desprezou—repto, não por convicções anti-parlamentaristas, o que seria respeitável, mas por cobardia, por indolência, por inconsciência.

Fortunato Régio teve 99 votos em Lourenço Marques, ganhando só por 5 votos o seu competidor dr. Jaime Ribeiro, que teve 104, tendo o naívo João Albani uns 40. E' obvio que eleito deputado Fortunato Régio, gosaria imediatamente das inimizades parlamentares e poderia, talvez, arrancar do desterro todos os demais.

Pão póbre para os pobres e fino para os ricos—Os senhores

O Emancipador, levantado o estado de sítio, instou por que se nomeasse uma comissão pró-presos por questões sociais, e os sindicatos operários locais, que não valem um centavo, não tigraram nem mugiram, pelo que o Centro Socialista tomou a iniciativa de trabalhar nesse sentido e no de fazer manifestar o operariado contra três casos que aqui se dão neste momento, todos graves para o operariado, que são:

A criação de dois tipos de pão, um aproximadamente a 28 o quilo, inacessível para uma grande maioria da população, e outro de farinha estragada, a 18 centavos o quilo; Um anunciado aumento nas rendas de casas (cujo aumento estava platinicamente proibido desde o princípio da guerra), dizendo-se que vão quintuplicar as rendas;

Uma exigência, pelo Banco Nacional Ultramarino, de 20 por cento, nas transferências das suas notas escudadas para a Metrópole, o que quer dizer que a gente, mandando daqui, por exemplo, 10000 em dinheiro, ultramarino, chegam ali só 800, o que vem agravar a situação de quem trabalha na indústria.

Seio tudo, não faltando na portaria n.º 1673, que aumentou escandalosamente os funcionários superiores de todos os serviços deixando a chuchar no dedo os mais necessitados.

A reunião promovida pelo Centro Socialista realizou-se há em 10 de Novembro e dos seus resultados direi em outra correspondência.

N. D.

do conselho de delegados da U. S. O., para resolver a melhor maneira de secundar o apelo da C. G. T., pois que há o desejo unânime de alguns camaradas desta localidade tomarem a seu cargo alguns dos filhos menores dos camaradas ferroviários em luta.

Semelhança de deliberação da central dos sindicatos operários do país, tem encontrado um forte e comovido apoio de todo o operariado local, que se encontra disposto a concorrer por todas as formas ao seu alcance, para auxiliar a classe ferroviária.

COLISEU DOS RECREIOS

HOJE—A's 21—HOJE

Récita de accionistas

Explendido espectáculo da Grande Companhia de Circo

Excepcional e único espectáculo do célebre e arrejado domador

FORTUNIO

Engracadiosíssimos intervalos cómicos

NA IUGO-ESLÁVIA

Novas vitórias comunistas

Nas eleições municipais suplementares o partido comunista Iugo-Eslávia alcançou importantes vitórias.

Em Nitsch o candidato comunista para o lugar de «síndico» obteve mais 400 votos do que o do bloco burguês.

Em Skoplye, capital da Macedónia, assim como em Komanovo, os comunistas conseguiram uma grande maioria.

Um congresso operário reunido em Zagabria pronunciou-se contra a Internacional dos Sindicatos de Amsterdam e a favor da Internacional Comunista de Moscúvia.

Sobre a greve ferroviária

O nosso camarada Miguel Corren inicia amanhã, em A Batalha, uma série de artigos a propósito da greve ferroviária e de várias afirmações feitas pelos governantes.

A França e o Vaticano

PARIS, 16.—A questão dos créditos para a criação da embaixada no Vaticano, foi ontem tratada pela comissão senatorial dos negócios estrangeiros, sendo objecto de viva discussão.

Os srs. Ribot e Noulens observaram que, se os créditos necessários não fossem votados antes de 31 do corrente pelo senado, aqueles que a Câmara votou caducariam sendo o assunto tratado no Palais Bourbon.—Radio.

Ultimas notícias

Através da Irlanda

Os Incendios em Cork, foram lançados pelas tropas governamentais

LONDRES, 16.—Dois membros da comissão do partido do trabalho que estão fazendo investigações acerca das represálias na Irlanda, visitaram hoje Cork para se informarem das causas dos incêndios. Telegrafaram ao partido do trabalho declarando que a exposição de Sir Hamar Greenwood era difidente e pouco verdadeira. Declararam mais estarem convencidos de que os fogos foram lançados por forças militares. Em vista destas declarações, o partido do trabalho decidiu solicitar ao chefe do governo que permitisse um inquérito judicial independente.—Radio.

Reclamando um inquérito

LONDRES, 16.—O Lord Mayor de Cork e os membros do conselho municipal enviaram um telegrama a Sir Hamar Greenwood e a outros, repudiando a sugestão dos fogos em Cork terem sido obra dos cidadãos.

Pedem um inquérito civil imparcial e expressam o desejo de se submeter a qualquer tribunal internacional ou a um tribunal inglês composto de Lord Henry Bentinck, Lord Robert de Cecil e o sr. Hendersen.—Radio.

Na Tchecoslováquia

Conflitos provocados pelos comunistas

PRAGA, 16.—Tem havido violentas rixas provocadas pelos comunistas em várias cidades da Tchecoslováquia. O governo domina a situação.—Radio.

Choque de comboios

Muitos mortos e feridos

PARIS, 16.—Houve uma colisão entre um comboio mineiro e um comboio de mercadorias em Krongwald, na Alsácia Lorena. Morreram 17 pessoas e 29 ficaram feridas.—Radio.

Na Sociedade das Nações

não entra a Alemanha

PARIS, 16.—A admissão da Austria na Sociedade das Nações foi votada por unanimidade dos delegados presentes, menos pela Austrália, que se absteve.

Respondendo ao sr. Ontat, o sr. Viapian pronunciou um vibrante discurso insistindo particularmente sobre a impossibilidade de admitir actualmente a Alemanha na Sociedade das Nações.

A Alemanha não penetrará aqui, senão quando houver dado garantias efectivas sobre o artigo 1.º do pacto, e das suas sinceras intenções no cumprimento das suas obrigações.—Radio.

Política inglesa

LONDRES, 16.—A política inglesa na Mesopotâmia e na Pérsia foi exposta pelo primeiro ministro da Câmara dos Comuns na noite passada, durante o debate sobre os créditos suplementares de quarenta milhões de libras para o exército.

Lloyd George disse que os recentes casos ocorridos na Grécia, terão considerável efeito naquelas regiões. Ainda não podia dizer qual a política que seria seguida pelos aliados.

As potências devem esperar que os acontecimentos se desenvolvam antes de decidir que política seguirão.

A Inglaterra precisa ver cuidadosamente a questão dos direitos.

Penso: em dar a guarda deles à Turquia mas as dificuldades que os aliados tiveram na última guerra e que foram quase desastrosas para eles, fizeram com que o governo depois de grandes hesitações chegasse à conclusão que se devia deixar Constantinopla sob a soberania turca e que se deviam internacionalizar os estreitos, que deviam ficar sob a guarda da Inglaterra, França e Itália.

Referindo-se à política a seguir na Pérsia disse que era opinião do governo que se devia abandonar este país, como o que não tinha podido fazer mais cedo porque isso seria entregar a Pérsia à anarquia.

O avanço turco aqui estava completamente parado, e portanto impedido da sua marcha, que seria grande perigo para o Império Britânico.

Referindo-se ao acordo anglo-persa, disse que se ele não for ratificado ficará inutilizado, mas a responsabilidade disso caberá à Pérsia.

A Inglaterra aceitou o mandato da Mesopotâmia, e tendo-o aceite, há de cumprir de forma digna dos interesses e do prestígio da Inglaterra no Oriente.

Na Palestina, na Mesopotâmia ou na Síria havia de se compreender que os mandatos queriam dizer direito e justiça.

A Inglaterra conseguiu dominar a rebelião árabe e o governo pediu à câmara dos comuns que aprovasse as despesas feitas.

Pró-Ferrovários do Estado

Demitidos e Presos

Para esta redacção devem ser enviados todos os informes respeitante à situação das famílias dos ferroviários presos e demitidos, as notas do local em que residem, da prisão em que se encontram e das pessoas de família que cada um tinha e seu cargo.

Também pelos sindicatos operários podem ser enviados para esta redacção quaisquer donativos destinados ao mesmo fim.

Ainda os ferroviários que queiram utilizar o oferecimento de alguns camaradas que se prolicam a receber as crianças filhas dos ferroviários demitidos ou presos, podem enviar as suas declarações, com indicação do sexo, idade e quaisquer outras que julguem conveniente.

A Comissão.

MUNIÇÕES PARA "A BATALHA"

Transporte..... 18.335\$96

Recebido na administração no dia 21 de Novembro:

Eolo..... 1800
Francisco Miguel Azevedo..... 550
Manuel Duarte Sérgio..... 550
Manuel Inês..... 1520
Queiroz em Silves (1)..... 880
«na Cooperativa dos Operários Manipuladores de Pão do Pórtio (2)..... 1530
Queiroz em Silves (3)..... 5500
«aberta nos correios no Pórtio (4)..... 45\$40

A transportar..... 18.413\$66

LISTA I

Reinaldo Alves, 20; Domingos Esteves, 10; João Perpétua, 10; Hermenegildo Ribeiro, 10; Fernando Pedro, 30; José Palmilha, 50; Ilídio Guimarães, 10; Mário da Glória, 50; Manuel da Glória, 10; Avelino Miguel, 20; Camuto Guinote, 10; José Ricardo, 10; Armando Serrano, 10; António Correa, 10; Manuel João, 50; Gregório Varela, 50; Casimiro dos Santos, 10; José António Segundo, 10; António Mariano, 10; José Valente, 10; José do Carmo, 50; José Infante, 10; José dos Santos Dias, 50; José Ricardo do Vale, 50; Carlos dos Santos, 50; Eduardo Barradas, 10; José do Lima, 10; Francisco dos Reis, 10; José Estrela, 20; Francisco António, 20; António Luís, 10; Domingos Fernandes, 10; José da Encarnação, 10; Manuel da Encarnação, 50; José Rafael, 50; Gregório Alvaro, 10; Pedro Damão, 50; José Simão, 50; Joaquim Correa, 15; José das Quintas, 10; José João, 50; Carlos Ricardo, 50; Manuel dos Santos, 10; José Luís, 10; José Duarte, 10; João Estrela, 50; Joaquim Gonçalves Lopes, 10; José Gravinho, 10; João Faustino, 50; Joaquim Neto, 50; António Albano 1.º, 50; José Ferreira, 50; Carlos Rodrigues, 50; José Requeita, 50; José Faustino, 50; Manuel Costa, 50; Abílio Cabrita, 50; João da Clara, 10; João António Luís, 10; Joaquim Simão, 50; António Vicente, 10; Francisco Correa, 10; Carlos da Encarnação, 10; João dos Reis, 50; José Gonçalves, 10; José Mimoso, 50; José Zambujo, 50; Joaquim Filipe, 50; Joaquim Janeiro, 20; José Inácio, 50; Jaime Marques, 10; Higinio Gregório, 15; Francisco José, 50; Alexandre Gomes, 15; Armando dos Santos, 10; Vivaldo Luís, 10; Diogo Calhau, 20; José Joaquim Nicolau, 10; António Gonçalves, 50; João Vieira, 50; Isaac Nascimento, 10; José Correa Grave, 10; José Pires, 30; João Duarte, 50; e Sebastião Botão, 25.

A BATALHA NO PORTO

Vida Sindical

TEATROS & CINEMAS

A BATALHA em COIMBRA

MÚSICA

Ecos da greve ferroviária—A leria dos requerimentos—Os demitidos—Outras notas

PORTO, 13.—Pelos caminhos de ferro do Minho e Douro a fúria dos directores estagnou um pouco. E' certo que vontade de fazer mais vítimas não lhes falta, mas parece que uma ordem de prudência partiu de alguém para não criar atritos à normalização dos serviços desmantelados.

E' voz corrente de que a leria dos requerimentos a apresentar à direcção, solicitando a readmissão, destina-se apenas a significar um acto de perdão pedido, manifestando o requerente, tacitamente, o seu arrependimento profundo. Depois, os excellentissimos engenheiros directores, incluindo o militar, colhem informações dos respectivos chefes de secções a respeito da conduta do solicitante, e de harmonia com elas, procederão. Mas mesmo isto... passa à história. Há quem afirme até que, muito em breve, tudo será readmitido, pois as suspensões e demissões são um castigo para, de futuro, assustar os condenados. As vítimas sacrificadas são: Sousa Pinto, Fernandes Gonçalves Pereira, Mateus Ramos Vieira, Manuel Pinheiro, Francisco José de Sousa, Adolfo das Neves Lobo, Lino da Silva Guimarães, António Pinto Fernandes, Augusto da Silva, Adalberto Claro Chaves, Armando Branco Megide, e, além destes, 900 empregados eventuais.

Mais empregados foram suspensos, mas conseguiram o levantamento da repressão, após haverem movido certas influências, às quais a direcção teve de se inclinar.

Do contrário da informação errada que nos forneceram, o presidente da União Ferroviária e Carlos Guimarães não foram suspensos.

Há, segundo consta, uma ordem especial para que não se aceitem participações de doença, e, claro, em casos muitíssimos excepcionais. Pois apesar disso, quasi que forçaram, se não forçaram mesmo, o chefe de trens a dar parte de doente. O fim? Para o irradiarem, talvez, dos serviços, dando-lhe em troca uma miséria pensão reformatoria. Gente fixe não se quer no M. e D. ...

Restituição à liberdade—Julgamento—Acusações

Foram restituídos à liberdade Alvaro Duarte Cordeiro e José da Costa, os quais, depois de 22 de prisão no Aljube tinham sido removidos para a cadeia da Relação. As vítimas de Vieira Marques foram por este acusadas de agitadoras das classes trabalhadoras e de serem os autores do lançamento de várias bombas e do incêndio da fábrica Invicta, quando está averiguado que o incêndio foi casual, principiando pela chaminé.

Como quer, porém, que um dia antes tivesse rebentado uma bomba á porta da aludida fábrica, Vieira Marques, de acordo com Custodio das Dóres, que-riam atribuir a responsabilidade do incêndio a Cordeiro e Costa, visto que os acusavam de lançamento de bombas. E, como negassem, foram agredidos, ao que parece, em nome da moral republicana...

No dia 22 do corrente é julgado o camarada António L. Coelho, que há tempos, conjuntamente com Juliano José Ribeiro, Diniz e outros, fôra preso por distribuir uns manifestos anunciando o aparcimento do semanário anarquista A Vida, cujo primeiro número fôra apreendido por V. Marques, que já mais o deixou imprimir.

A propósito, e a título de curiosidade, direi que ao chefe da policia de segurança Vieira Marques se fazem várias acusações de uma certa gravidade. Assim, há quem afirme que quando prendeu os redactores de A Vida, procurou o tipógrafo que se encarregou de imprimir os ditos manifestos; e como este alegasse a sua inculpação, não satisfeito com as explicações dadas, prendeu-o e ameaçou-o, não só com a cadeia, mas com as costas de Africa, não se chegando a manter a prisão por o tipógrafo gratificar com 25000 o sr. Vieira Marques, que o deixou depois em paz. O caso, que dizem estar testemunhado, soube-se porque o tal tipógrafo meteu a conta da gorjeta remissoria à direcção de A Vida, junto à conta dos manifestos apreendidos!

Mais se diz que aquele agente da policia do Estado costuma vender a peso os jornais apreendidos, advindo daí o interesse com que apreende os periódicos avançados. E tanto assim que o último emburlo de jornais vendidos, arrancados aos quiosques, agentes e das mãos dos vendedores, entre os quais Bandeira Vermelha e A Comunha, lhe rendera a quantia de 18900, que o seu mercador pagara integralmente.

Quasi que nos custa a acreditar. Mas, a ser assim, tanto mais que garantem a autenticidade, será bom que os altos poderes ponham cõbo a tais abusos, porque não se pode estar à mercê dos caprichos dos videlinhos... policescos... Não foi para estas imoralidades que a República se reimplantou em 13 de Fevereiro em Monsanto. ...C.

COLUNA ESPERANTISTA

Portugala Esperantista. — Continua aberta a inscrição para o curso de Esperanto que a Portugala Esperantista Socialista Associação estabeleceu na sua sede, rua do Bemfornio, 100, 1.º, realizando-se a primeira lição no próximo dia 21.

COMUNICAÇÕES

Sindicato Único Mobiliário. — Em reunião antontem celebrada pelos corpos gerentes, occuparam-se estes da comemoração do 1.º aniversário deste sindicato, resolvendo solenizá-lo com uma sessão solene e uma conferência por um militante da organização operária.

Também resolveram publicar o número único do Mobiliário, comemorativo deste aniversário, que será distribuido a todos os sindicatos.

Descarregadores de Mar e Terra. — Em reunião da direcção foi apreciada a local do Sêculo de ontem referente ao protesto da Associação Commercial e aprovou um voto de louvor à Associação de Classe dos Fragateiros do Porto de Lisboa pelos benefícios prestados a esta classe.

CONVOCAÇÕES

Pessoal da Companhia Carris. — Reune hoje esta classe, em assembleia magna, às 20 horas prefixas, com a seguinte ordem de trabalhos: 1.º Para a comissão de melhoramentos apresentar uma demarche ultimamente effectuada; 2.º Para se apreciar uma proposta que interessa o pessoal das oficinas e carban, respeitante a barbearia; 3.º Tratar doutros assuntos de interesse colectivo.

Manufactureiros de calçado. — Reunem hoje, pelas 21 horas, em assembleia geral, para resolverem um assunto da maxima urgencia.

Sindicato Único da Construção Civil — Comissão de propaganda próprios. — Realiza-se hoje, pelas 20 horas, na sede deste organismo, uma assembleia magna dos operários da industria, sendo para esse fim todos convidados a assistir, visto haver autorisação do governador civil.

Sindicato Único das Classes Mobiliarias. — São convidados todos os sindicatos a reunirem em assembleia geral, hoje, às 20 horas, afim de resolverem sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciar e discutir o parecer da comissão de estudo á situação económica do operariado da industria;

2.º Resolver sobre uma proposta dos corpos gerentes relativa á instalação da luz electrica na sede;

3.º Apreciar o balancete da comissão administrativa.

Conselho Técnico e de Melhoramentos. — Foi resolvido enviar um officio á Associação de Classe dos Manufactureiros de Artigos de Viagem, aguardando-se hoje, pelas 20 horas, a comparença da direcção da citada Associação ou seus delegados para se pronunciarem sobre um assunto que se prende com a organização mobiliaria nesta localidade.

Primeiras

NACIONAL — A Pecadora. — peça em 3 actos, de Guimaraes, trad. de Rafael Ferreira

A simples análise dos factos, dos tristes factos, leva-me á conclusão de que, com effeito, eles apostaram em lançar por terra o bom nome do teatro português e a arte nacional ella mesma.

Já de há tempos que vou notando a negligência, vá lá o enfemismo, com que os artistas do teatro normal interpretam as peças que lhes estão confiadas. Para cúmulo, não é só a interpretação scenica que se resente, pois que de tudo, louvado seja Deus nosso senhor, tem havido razão de queixa. São as encenações, são as traduções, são os originaes—é tudo, enfim.

A peça que ontem se representou no nosso primeiro teatro de declamação, o teatro-escola, traduzida por Rafael Ferreira com o titulo A Pecadora tem, se me dão licença para exprimir-me deste modo, altos e baixos. Ora é uma verdadeira peça de teatro, ora é uma coisa insulsa, tola, disparatada, sem verdade, sem nexo, sem interesse, charra, infantil e intoleravel por cima de tudo isto.

Seria possivel que, atenuadas as tollices, e mais cuidadas algumas scenas interessantes, que as tem, a peça de Guimaraes despertasse, se não entusiasmasse, um pouco de curiosidade. Mas não. Até as boas qualidades que possui são subvertidas por um indesculpavel descurio no estudo dos papeis, o que nunca pode dar um bom desempenho. Dai a má vontade do publico, logo de principio, contra a obra, cujo autor, afinal, não é tam responsável pelo fiasco como a primeira vista parece. E uma vez o publico mal-disposto, não ha quem o segure na sua legitima indisciplina. E foi assim que A Pecadora foi mal recebida. O desempenho é uma pobreza para não dizer uma miséria.

Todos procuram fazer o pior possivel e conseguem-no, com trezentos diabos. Apenas Marília Freitas, a quem distribuíram o papel de Ana, se salva, porque a salvam os seus verdes anos, reveladores já, aliás, dum belo temperamento de comediente. Os mais... os mais... precisavam pelo menos mais quinze ensaios, e parece-me que nem assim se garantiria o êxito.

Aquele primeiro acto está mesmo pedagógico com cuspo. Para o insucesso concorrer ainda a horrivel tradução que comporta (sem ser para a escada) coisas tetricas que os ouvintes mais duros se recusam a ouvir. Não quero garantir, vá lá á cautela, que elas se encontram escritas, mas lá que foram ouvidas na plateia, disso não há dúvidas. Culpa do traductor? Culpa dos artistas? Não sei; o que sei é que paulatitas não

se podem admitir no teatro normal, no teatro escola, que, de resto, nos está dando, a todos, ensinamentos que nos deixam estarrecidos. E' triste dizê-lo—mas é verdade.

Antero de LIMA

Continua em scena no Politeama A Miga-lha, que esta noite se repete, dando a conhecer a qualidade da permanência em scena até á próxima quinta feira, noite em que se realiza a festa artistica de Aura Abrancos com a primeira representação da comedia Coração cego, cujos ensaios são dirigidos por Lucinda Simões.

O Burro em pé, a revista do Apolo, e a peça do dia, com Nascimento Fernandes no Príncipe e Erico Braga no Colinas. Os factos de Adeline Fernandes fazem todas as noites sensação, assim como o extraordinario desempenho dos artistas Maria Pinto, Maria Alves, Mercedes Gonçalves, Jaleia, Roldão, Aurelio Ribeiro, Augusto Costa, José Moraes e outros. Scenários dos melhores artistas e o nunca visto guarda roupa de Castelo Branco, completam o conjunto.

Causou ontem geral agrado a estreia de Miss Emile (Kitcher) no Coliseu dos Recreios, que, nos seus trabalhos se distinguem, foi muito aplaudida. Fortunio, o celebre arrojado domador, continua a ter as honras da noite com o seu magistral trabalho que adunha a fúria e a mais admirável coragem justificam. As enchentes succedem-se, e é de prever, dada a curiosidade do publico em assistir aos espectaculos.

CARTAZ DO DIA

NACIONAL—A's 21,15—A Pecadora. SÃO LUÍZ—A's 21,15—Letteira d'Entre Arcois. GINÁSIO—A's 21—A Garra. POLITEAMA—A's 21—A Migalha. TRINDADE—A's 21,15—A Primeira Causa. AVENIDA—A's 21,15—Amigo do seu amigo.

EDEN—A's 21—Bomba ríal, revista. APOLO—A's 21—Burro em pé, revista.

COLISEU DOS RECREIOS—A's 21 horas. Companhia de Circo, ginástica, acrobática e comica.

SALÃO FOZ—A's 19,30—Companhia de variedades. GIL VICENTE—Hoje—Miss Olga. Variedades e Animatogramas—Saibos: Olympia, Central, Comed, Chado Terrasse, Anjos, Trindade, Promotora, Portugal, e Cinema Paris, Ideal e Chancetier.

Rendimentos dos operários

No Banco do hospital de S. José recebeu o sr. Bernardino Maria, de 66 anos, teccedera, residente na rua Paiva Fragoso, 38, 1.º, que na fabrica das Varandas foi colhido por uma lançadeira e um tear, ficando muito ferido no olho esquerdo.

Propaganda sindical

Pessoal do Depósito Central de Fardamentos

Realiza-se hoje, pelas 20 horas, na sede deste sindicato, rua Josefa de Oliveira, n.º 20, cave, (A Graça), uma sessão de propaganda associativa, fazendo uso da palavra delegados da U. S. O. e para a qual são convidados todos os camaradas.

Esta sessão é a primeira da série que a direcção, conjuntamente com a comissão nomeada para a unificação da classe, projecta realizar.

Realizou-se o comício a favor dos ferroviários, que decorreu com grande entusiasmo

COIMBRA, 14.—C.—Promovido pela União dos Sindicatos Operários, realizou-se na ultima segunda-feira um comício publico de protesto contra a forma irregularissima como o governo soluçionou a greve dos ferroviários do Estado e de inteiro apolo a estas camaradas, que, pela sua grandeza de carácter, se tem imposto á consideração de todos os homens de bem e de todo o proletariado consciencioso.

A União Local fez distribuir profusamente pela cidade um vibrante manifesto, no qual se escalcipava a obra abominavel do governo e convidava a classe operária a abandonar o trabalho e assistir ao comício que tinha lugar ás 14 horas na sede da U. S. O.

Apesar de todos os contratempos surgidos para a realização do comício, desde a sua prohibição, á própria hora, até ao aparato belico da guarda pretoriana, que estacionava em frente da U. S. O. e nas suas circunvizinhanças, a concorrência excedeu a nossa expectativa, encontrando-se a ampla sala da União repleta de operários, que tinham accorrido ao chamamento que lhes havia sido dirigido. Constituida a mesa pelos camaradas Abílio Palao, Joaquim Lemos e Firmino Fernandes, usaram da palavra os camaradas Alfredo Gomes Soares da Silva, secretario geral da U. S. O.; Amadeu Neves, delegado do Sindicato Mobiliário; Manuel Rodrigues, Américo Rocha, Máriel Campos, tendo todos os oradores palavras de profunda sympathia para com os ferroviários e de repulsa para com os governantes, tendo feito afirmações retinamente revolucionárias que produziram entusiasticas manifestações na assistência.

Foi aprovada por aclamação uma moção de protesto contra a obra do governo e da maneira rancorosa como está exercendo vinganças sobre os ferroviários, sendo também aprovado um telegrama de protesto dirigido ao presidente do ministério e outro de saudação aos ferroviários.

No comício todos os camaradas empunhavam uma bandeira, angariando donativos a favor daqueles camaradas.

A BATALHA

Diário da manhã

Porta-voz da organização operária portuguesa

Correspondência

Relativa á redacção deve ser dirigida á Alexandre Vieira, redactor principal de A Batalha. Não se restituem os autógrafos.

Concertos do Politeama

A procura de bilhetes para o magistral concerto que no domingo proximo se effectua no Politeama pela orchestra organizada e dirigida pelo talentoso maestro Fernandes Fão, tem sido já grande, o que indica quanto a enumeração das peças que figuram no programma soube interessar os frequentadores destas belas festas darte. Com effeito, esse interesse justifica-se, pois que ha muito se não reunem numa só tarde, tantas obras primas. O preludio do Tristão e Isolde e a Morle de Isolde, de Wagner; a abertura dos Mestres Cantores, do mesmo autor; a Morle e Transfiguração, de R. Strauss; o Oberon, de Weber; a Sinfonia, n.º 4, de Glazounow; Nos stepes da Asia Central, de Borodine e um Minueto, de Oscar da Silva, são composições de tanta nomeada e tam cheias de responsabilidade na sua execução que só por uma grande vontade de ser agradável ao publico se fazem executar ao mesmo tempo.

Tribunais arbitrais

O Conselho Superior de Previdência Social aprovou ontem a redacção definitiva do regulamento dos tribunais arbitrais, que deve entrar em execução em Janeiro proximo, e occupou-se de um parecer da direcção da Mutualidade Livre, sobre o pedido da Associação Alcaerense de Socorros Mútuos, com sede em Alcaer do Sal, que pretende receber a parte que lhe cabe no remanescente da herança de Manuel Augusto de Matos, no valor de 40 contos. O conselho deliberou mandar proceder pela inspecção de previdencia a um inquerito ao funcionamento da referida associação, quando tem existência legal, afim de resolver acerca do pedido.

O Congresso da social-democracia austriaca

Realizou-se em 6 de Novembro em Viena o Congresso do partido socialista austriaco, que mais uma vez rejeitou as chamadas condições de Moscovo, isto é, renunciou abertamente a toda a tática revolucionária.

O discurso mais notável lá pronunciado foi o de Otto Bauer que declarou que felizmente o partido tinha sabido evitar o escolho da ditadura do proletariado, que teria sido como resultado de uma guerra civil, a dissolução do Estado e a invasão do país pelos estrangeiros. Fritz Adler também censurou asperamente os que esperam pelo advento da revolução, dirigindo sobretudo os seus ataques contra a ala esquerda do próprio partido socialista porque na sua opinião estragava-se o movimento operário apontando-lhe como única salvação a transformação social.

A intervenção da C. G. T. para o reatamento das relações entre os ferroviários e o governo

Entretanto, o movimento prolonga-se. O comitê ferroviário convida a C. G. T. a que o Conselho Juridico intervenha para se conseguir uma solução ao conflito. A C. G. T. resolve não tomar partido, mas que o Conselho Confederal, quando tomar a resolução, bem sabia que a C. G. T. não se offerecia para esse papel. Quando tomou a resolução, bem sabia que a C. G. T. não se offerecia para esse papel. Quando tomou a resolução, bem sabia que a C. G. T. não se offerecia para esse papel.

Realizada a intervenção com resultados infructuosos, resolveu o governo como principal causador dos prejuizos da economia nacional com a sua criminoso attitude.

Nova intervenção do Conselho Juridico da C. G. T. O Conselho Juridico da C. G. T., tratando junto do governo da amnistia aos presos por questões sociais, de novo foi convidado pelo sr. António Granjo a conseguir uma plataforma do Comitê ferroviário para a solução do conflito. Supõe-se por um momento que o governo mudou de attitude. Mas, apresentada a plataforma, o sr. Granjo não a aceitou.

O Conselho Confederal, de novo reunido, admite a possibilidade de fazer a greve geral. Mas o pessoal da C. P., que supunha que a sua que-ção se resolveria sem um esforço maior, por si mesmo realizado, como não se dispusesse a lutar por mais tempo, entregou-se nas condições já conhecidas. Foi mais um motivo para que a greve geral se não fizesse.

E, assim, com todos estes "contras", se foi passando o tempo.

Campanha de agitação

Mas era dena... Envia-se ás Unioes locais a circular n.º 6, para que estas promovessem a campanha de agitação de protesto contra a obra governamental, por meio de reuniões, comícios, manifestos, etc., devendo esta campanha ser, simultaneamente, de preparação da possível greve geral.

Compasso de espera

Entretanto cal o governo Granjo. Estabelece-se um compasso de espera. E' organizado o governo Alvaro de Castro. Reatam-se as relações, declarando o novo ministro do commercio prescindir de intermediações, visto varias personalidades politicas se terem interessado na questão, e esta attitude do novo ministro desperta nos ferroviários algumas esperanças.

O auxilio monetario aos grevistas ferroviários do Estado. Entretanto, como os recursos monetários do respectivo Comité iam falhando, a C. G. T. resolve convidar todos os organismos a contribuir com o mais que pudessem largar de serem auxiliados. E' um facto de todos conhecido e que dispensa mais largas referencias.

Intensifica-se a campanha de agitação. A circular n.º 6 não havia sido integralmente compreendida pela maior parte dos organismos a quem fôra enviada. E a C. G. T. resolve que delegados seus partissem imediatamente para a Alentejo, Alentejo, Centro e Norte do país, afim de intensificar o movimento, regressando os mesmos esperanças de que o movimento se produziria a primeira vez.

Confederação Geral do Trabalho

SOBRE A

GREVE DOS FERROVIÁRIOS DO ESTADO

RELATÓRIO

DA



DEZEMBRO—1920

Obras de educação profissional, de sciencia, filosofia, sociologia, higiene e esperanto.
Brochuras e folhetos de propaganda sindicalista, anarquista e socialista.
Romances sociais, teatro livre, retratos, postais, hinos, canções revolucionárias, etc.

Serviço de livreria de A BATALHA

Os lucros realizados pelo nosso serviço de livreria são exclusivamente aplicados à propaganda. Auxilia-se A BATALHA, adquirindo, por intermédio da nossa administração, os livros e mais publicações de que se necessite.

Organizam-se e fornecem-se projectos e organismos de bibliotecas populares, cooperativistas, sindicais, etc.

A administração de A Batalha, desejando contribuir para o cultivo dos trabalhadores, propõe-se facultar-lhes os meios de se instruírem encarregando-se de fornecer todos os livros que sejam pedidos e iniciando em breve a sua secção editorial.

A leitura é um dos meios de educação do operário e quanto maior for a capacidade de leitura entre as classes trabalhadoras, mais próximo estaremos de conseguir a emancipação que todos anelamos.

Por precária que seja a sua situação económica, todo o trabalhador pode ilustrar-se desde que dedique, à aquisição de livros e folhetos educativos, aqueles centavos que mata gasta no tabaco, na taberna e no café, em divertimentos que o enredam e brutificam.

A reflexão dos nossos camaradas e artigos submetidos a circunscrição de esta secção de livreria redundam em benefício de A Batalha, pois o desconto que as casas editoras fazem para a resenha, retribui a favor da nossa administração que empregará todos os esforços para atender pontualmente todos os pedidos que lhe façam de livros e folhetos.

A medida que as circunstâncias permitam, publicaremos a relação daquelas obras que, em nossa opinião, possam dar orientação que deve seguir o proletariado que deseja emancipar-se da exploração capitalista.

Não esqueçamos que os poucos deitados de ser explorados e firmemente quando deturcam de ser ignorantes.

As casas e grupos editores, a administração proíbe que se encargue da venda, e consiga a venda de livros e folhetos que editem e cuja leitura possa ser recomendada por A Batalha.

Sociologia	
Adolfo Lima—O contrato de trabalho	1850
Antonelli—A Rússia Bolchevista	1800
Albert—O amor livre	1800
A. G. Santos—A Questão Operária e o Sindicalismo	1800
Briand—A Greve Geral	1800
Buchner—Na aurora do Século XX	1800
Campos Lima—O movimento operário em Portugal	1800
Dufour—O sindicalismo e a próxima revolução (3 vols.)	1800
Delais—Os financeiros, os políticos e a guerra	1800
Elevant—A minha defeza	1800
Emile Pouget—A confederação geral do trabalho	1800
Emilio Costa—Acção directa e acção legal	1800
Fraser—A Rússia Vermelha	1800
Fabra Ribas—O Socialismo e o conflito europeu	1800
Grave:	
A anarquia—Fins e meios	2800
A sociedade futura	2800
Q. de Vito e a sociedade	2800
Griffiths—A Acção Sindicalista	2800
Guedes—Aos assalariados	2800
Guyon—Ensaio de uma moral	2800
H. Salgado:	
A sciencia e a religião	275
Mentiras religiosas	275
Hamon:	
A conferência da Paz e a sua obra	280
As lições da guerra mundial	280
Psicologia do militar profissional	280
Psicologia do socialista-anarquista	280
Socialismo e Anarquismo	280
Krapotkine:	
A conquista do pão	2800
A grande revolução (2 vols.)	2800
Em volta da vida	2800

Moral anarquista	180
Os bastidores da guerra	180
Lagarde—Sindicalismo e Socialismo	180
Landauer—A Social Democracia na Alemanha	180
Leone—O sindicalismo	180
Malatesta:	
A politica parlamentar no movimento socialista	180
Em tempo de eleições	180
O Programa Socialista anarquista revolucionário	180
Mary—O capital	180
Molinar—Problemas sociais	180
M. Pierrot—Sindicalismo e Revolução	180
Nietzsche:	
Anti-Christo	180
Genealogia da moral	180
Naquet—A caminho da União livre	180
Prat:	
Necessidade da associação	180
Roland—A Rússia Nova	180
Rates—A Ditadura do Proletariado	180
Rossi—A sugestão e as multidões	180
Russmann—A escravidão da mulher	180
Santos—A Transformação da Sociedade	180
Toilsto:	
A escravidão moderna	180
O canto do cisne	180
Ultimas palavras	180
Vanderelde—O Colectivismo e a Evolução Industrial	180
Varennes—O Terrorismo em França	180
A Sementeira	
Os 4 anos da 2.ª série (1916 a 1919)	1800
656 páginas	1800
FOTOGRAVIAS em papel couché, de Bakunine, Berthelot, S. dermann, cada	400
Postais de Lénine e Trotsky (2)	400
1.º de Maio; Capital e o Trabalho e O Zé (número comemorativo do 1.º de Maio de 1919)	400

A leitura é um dos maiores prazeres que ao Homem é permitido gozar. Revolta o pensar que há quem não possa saborear porque não sabe ler; indigna o saber que há quem o não gose porque não quer.	
Literatura	
Alfredo N. Dias—Razão (poemeta social)	180
E. Silva—Teatro livre e Arte social	180
Gorki:	
Os degenerados	180
Os vagabundos	180
Ibsen:	
Espectros (drama)	180
Manuel Ribeiro:	
A Cathedral	2800
Imperiosa verdade	2800
O sentido de viver (versos)	2800
Mirbeau:	
O Jardim dos Súplices	1800
Memórias duma criada do quarto	1800
Toilsto:	
Marquezinha—champsaur	180
Sonata de Koentzer	180
Vitor Hugo:	
França e Bélgica (3 vols.)	1800
Han d'Islandia (2 vols.)	2800
Noventa e três (2 vols.)	1800
O homem que ri (3 vols.)	3800
O Reno (3 vols.)	2800
O ultimo dia dum condenado	1800
Os homens do mar (2 vols.)	2800
Zola:	
Alegria de viver (2 vols.)	1800
A conquista de Plassans (2 vols.)	1800
A fortuna dos Rougons (2 vols.)	1800
A obra (2 vols.)	1800
A taberna (3 vols.)	1800
A terra (2 vols.)	1800

Paraíso das Damas (2 vols.)	1800
Tereza Raquin	1800
Uma página de amor (2 vols.)	1800
Ciência e Filosofia	
Alfred Binet—A alma e o corpo	2800
A. Dastre—A vida e a morte	2800
Benedicti—Arte de estudar	2800
Bneyssel—A vida social	2800
Benussi—Ciência e vida	2800
Colson—Organismo económico e de ordem social	2800
Denoy—Descendemos do macaco?	2800
E. Faguet:	
Arte de ler	1800
A mulher e a civilização	1800
Iniciação Filosófica	1800
Horror das responsabilidades	1800
Flamarion:	
Iniciação astronómica	1800
Astronomia popular	1800
A vida nos astros	1800
Curiosidades astronómicas	1800
F. Dantec:	
A sciencia e a vida	2800
Mecânica da vida	2800
Jean Crust—A vida do Direito	2800
Le Bon—Evolução geral da vida	2800
Strass—A velha e a nova fé	1800
Eduquemo-nos e instruam-nos antes de pretendemos educar e ensinar os outros.	
Ensino Profissional	
Algebra	2800
Algebra elementar	2800
Dicionário dos termos de arquitec	2800
Lino de Assunção	2800
Desenho linear	2800
Desenho linear geométrico	2800
Escritura comercial industrial	2800
Navegante	2800

Elementos de:	
Química	2800
Electricidade	2800
Mecânica	2800
Modelação de ornato e figura	2800
Física	2800
Projeções	2800
Mecânica	2800
Química	2800
Quando mais sabemos, mais nos convencemos de que muito ainda nos falta saber. Dai a necessidade de prosseguir estudando, continuamente.	
Mecânica	
Elementos de mecânica	2800
Iniciação de mecânica	2800
Material agrícola	2800
Nomenclatura de caldeiras e de máquinas a vapor	2800
Construção Civil	
Acabamentos de construções	2800
Alvenaria e cantaria	2800
Educações	2800
Encanamentos e salubridade das habitações	2800
Manuais de officio	
Automobilista	2800
Condutor de máquinas	2800
Fabricantes de tecidos	2800
Ferreiro	2800
Formador e estuador	2800
Fundidor	2800
Galvanoplastia	2800
Navegante	2800

Além das obras incluídas nesta relação, satisfazem-se todas as encomendas de livros que venham acompanhadas da importância correspondente, acrescida de 10 por cento do valor da obra e de mais \$08 para porte de correio e registro.

Todos os pedidos de livros devem ser endereçados ao Serviço de livreria de A BATALHA

Calçada do Combro, 38-A, 2.ª LISBOA — PORTUGAL

O confeiteiro pratico. Pilotagem. Sapeiro. Serralheiro mecanico. Torneiro mecanico. Tipografo.

Conhecimentos gerais de diversas indústrias

Industria alimentar. Industria ceramica. Vinhas, vinhos e prados.

Educação e ensino

Arte de estudar. Arte de ler. A pedagogia, o Estado e a familia. Como se deve educar o espierto. Educação e ensino (Adolfo Lima). Escola moderna. Iniciação literaria. Iniciação de botânica. Iniciação de zoologia. Iniciação de matemática. Historia Universal (2 vols.) Clemenceau. Iniquet. Reinach—Historia das religiões.

O maior inimigo que se opõe a nossa felicidade encontra-se em nós próprios. É a nossa ignorância. Como aniquilá-lo? Lendo, lendo muito, lendo sempre e reflectindo no que se lê.

A APARECER BREVEMENTE: "A CONCEPÇÃO ANARQUISTA DO SINDICALISMO," POR NENO VASCO

Porque não foi votada a greve geral nacional

Constituído o governo actual, fica no mesmo o ministro que havia prometido solucionar o conflito. Mas não houve o notável acordo que se havia prometido na situação anterior, mantendo os decretos do governo Grilo. O conselho de ministros, reunido a seguir, confirmou a decisão do ministro do comércio, tornando, assim, inevitável a greve geral.

O Conselho Confederal redde extenuantemente para decidir em definitivo, no próprio dia em que foi tomada pública a decisão do governo.

É para esta decisão, ou melhor, para as razões que a determinam, que chamamos a atenção de todos os leitores.

O movimento que a C. G. T. lançou seria de carácter nacional. Tendo a responsabilidade lhe cabia na decisão, responsabilizava-se, assim, com o C. G. T. acerca sem receio. Mas, apertados os compromissos, os ministros, importados, eram satisfeitos. Para além do Porto (Braga, Viana e Guimarães), para os restantes destas mais importantes cidades (produzidas) nada se sabia, porque relatado algum havia chegado a C. G. T. As informações recebidas do Alentejo eram incompletas. Não foram, porém, estas as razões que determinaram a decisão do Conselho Confederal. Foi Lisboa, foram as classes de transportes. Os delegados da U. S. O. de Lisboa, foram as classes de transportes. Que este organismo, em harmonia com a circular da C. G. T. n.º 6, havia convidado as direcções dos sindicatos de Lisboa a uma reunião magna, às quais expoz a situação, convidando-as a executar o que na reunião circular estava indicado.

Que estas direcções que só viriam para o movimento se as classes de transporte o fizessem em primeiro lugar.

Que os representantes dos compositores tipográficos haviam feito igual declaração.

Que, em conformidade com aqueles desejos, a União resolveu convidar os organismos de transporte para uma reunião especial, a fim de se manifestarem se sim ou não concordavam em vir para o movimento.

Que, convidados a reunião, aqueles organismos não compareceram.

Que, convidados a uma segunda reunião, só compareceram dois delegados, um pelo Carreiros e outro pelos Inscritos Marítimos (gozinhos e críticos de câmara de bordo).

Que dos próprios delegados ao conselho da União, poucos compareceram às reuniões, não podendo, assim, deliberar.

Que, além disso, poucas foram as direcções que convocaram as suas assembleias magnas.

Que, mesmo aquelas que o fizeram, aparte uma ou duas, não viram as assembleias convocadas, não podendo essas sessões realizar-se.

Que não promoveram comícios públicos devido a crise politica que se atravessava, visto que nenhuma autoridade os concedia.

Que, em conclusão, depois do exposto e ficando um atropelo o indifferencialismo da classe operaria, não via possibilidade de fazer-se o movimento.

O Conselho Confederal não podia, pois, decidir a greve geral sem ter sequer a esperança de que o movimento se realizasse em Lisboa.

A greve que estava em tramitação de transportes e não fazia sentido que uma greve geral fosse proclamada tendo em vista a maior parte das classes de transporte a trabalhar. A greve não teria sido a maior parte das classes de transporte a trabalhar. A greve não teria sido a maior parte das classes de transporte a trabalhar.

O C. G. T. não podia, pois, decidir a greve geral sem ter sequer a esperança de que o movimento se realizasse em Lisboa.

O C. G. T. não podia, pois, decidir a greve geral sem ter sequer a esperança de que o movimento se realizasse em Lisboa.

O C. G. T. não podia, pois, decidir a greve geral sem ter sequer a esperança de que o movimento se realizasse em Lisboa.

A sua última deliberação—Seus resultados

Limitou-se, ao que podia, a promoção de comícios à mesma hora e em todas as localidades. Mas não ficou por aqui: deliberou fazer um convite directo aos organismos de transporte a ver se ainda se podia lançar um movimento que de certo modo garantisse aos ferroviários uma solidariedade mais estreita e efectiva.

A esse convite apenas acorreram os seguintes organismos: Chauffeurs, Pessoal da Carris, Inscritos Marítimos, Fogueiros de Mar e Terra e Sindicato da C. P. De positivo nada se pôde fazer a favor dos ferroviários. Deliberou-se, então, fazer um convite as que não compareceram, convite que foi firmado com os carimbos dos sindicatos que compareceram.

Nessa segunda reunião compareceram os mesmos organismos e mais um delegado dos Carreiros. Nada se pôde fazer outra vez. Depois de todos os delegados se terem retirado, compareceu o representante da Federação Marítima, que participava que aquele organismo havia acabado de votar a greve, mas que ainda iriam retirar as direcções dos seus sindicatos aderentes para resolver em definitivo.

Era já tarde. Nesse mesmo dia deliberavam os ferroviários entregar-se em massa...

A C. G. T. não acusa, mas defende-se

A C. G. T. não faz acusações a quem quer que seja. Mas não permite que alguém-lhes faça, quando não são fundamentadas em erros que tenha cometido. A C. G. T. não poderia ser responsável de não lançar o movimento se, dispondo dos necessários elementos, o não tivesse. Assim, que vá a responsabilidade a quem de direito.

A C. G. T. não pode deliberar segundo os desejos pessoais de cada um. Se o podesse, teria já feito a revolução expropriadora... Tem que deliberar segundo as realidades que se lhe apresentam, dentro, enfim, das suas possibilidades.

O que é necessário

A C. G. T. deve poder mais, e há de poder mais—mas é quando todos os organismos que ainda se conservam afastados e que com a C. G. T. estão apenas enfiados.

A TO OS CONFEDERADOS:

A C. G. T. como organismo central do operariado português, tem funções espectais de coordenação. Não tem, porém, directores. Não é um organismo com um quartel de estado maior, pela simples razão de que os organismos seus componentes não são regimentos disciplinados, para mover os seus braços um simples toque de buzina.

Tam pouco é Deus ou a providência com poderes sobrenaturais para tudo resolver, e milagrosamente tudo conseguir. A C. G. T. não pode viver apenas porque lhe dão muitos "votos" do mesmo modo que não é com "votos" que fará a revolução social. Para que a C. G. T. possa desempenhar-se da alta missão que lhe compete, indispensável é que a classe operaria lhe de condições para isso.

Mas, como pretendem que a C. G. T. seja um organismo forte em número de componentes e em espirito revolucionário, se as massas se conservam indiferentes perante os seus próprios interesses e aspirações, sem um gesto de rebeldia e de altisonante protesto contra o permanente latrocinio sobre si exercido dia a dia?

Os principais organismos de transporte não têm ainda a sua adesão à C. G. T. regularizada. De todos os organismos ferroviários do país só a União Ferroviária (Milho e Douro) havia, dias antes da greve, enviado "agendas" a sua adesão. Os próprios ferroviários do Sul e Sueste não são aderentes à C. G. T. E, contudo, a máxima: "Não há deversos sem direitos, nem direitos sem deveres" que nós queremos aplicar à sociedade burguesa, também é aplicável entre os operários na sua organização sindical, como uma manifestação de bem compreendida moral.

A C. G. T. não é um organismo centralizador da acção sindical. E contudo para muitos era isto o que deveria ser—como se este espirito não fosse a negação da autonomia sindical individual, o amontecimento das energias, a estagnação da luta, o espírito de inércia e de acção substituídos pela vontade autoritaria dum organismo, que só é superior por ser condutor da acção geral.

A C. G. T. não pode, não deve, nem quer centralizar em si a acção e a iniciativa, que só os seus componentes podem e devem ter. Tam pouco pode